



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 708/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE nº 2304/2013 (16 vols.).

Apenso: Processo nº. 4497/2013.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

4- Exercício: 2012.

5- Responsáveis: Sr. José Antônio Ferreira Assunção, Secretário municipal e ordenador de despesas da SEMAD.

6- Unidade Técnica: DICAD-MA – Informação Conclusiva nº 17/2014 (fls. 3049/3056).

7- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 3090/2014-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls. 3058/3061).

8- Relator: Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão. Exercício de 2012.

*Contas regulares com ressalvas.
Recomendações à origem.*

9- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em sessão Plenária, no exercício da competência atribuída pelo art. 18, inciso II, da Lei Complementar nº 06/91, arts. 1º, II, 2º, 4º e 5º, I, da Lei nº 2423/96 e arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 4, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Exmo. Sr. Conselheiro-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público de Contas no sentido de:

9.1- Julgar REGULAR COM RESSALVAS a prestação de contas da Secretaria Municipal de Administração, exercício de 2012, conforme dispõe o Art. 22, II da Lei n.º 2.423/96-LO/TCE;

9.2- Recomendar à Secretaria Municipal de Administração que proceda à adequação de seus imóveis a fim de atender aos requisitos de acessibilidade às pessoas portadoras de deficiência física, sob pena de multa e possível reprovação das contas futuras;

9.3- Recomendar à origem que providencie o planejamento necessário para aquisição dos imóveis necessários ao seu perfeito funcionamento;

9.4- Ressalvar à origem para que adote providências para que regularizar as inobservâncias das normas de segurança necessárias ao seu funcionamento.

10- Ata: 44ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

11- Data da Sessão: 11 de dezembro de 2014.



**Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS**

ACÓRDÃO Nº 708/2014 – TCE – TRIBUNAL PLENO

12- Conselheiros: Josué Cláudio de Souza Filho (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado) e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).

13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal: Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador-Geral.

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro-Presidente

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Relator

ROBERTO CAVALCANTI KRICHANÃ DA SILVA

Procurador-Geral